



## **MOÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO**

A defesa incondicional da Escola Pública é das principais conquistas obtidas após o 25 de abril de 1974 em matéria de educação.

Hoje, a ofensiva permanente da direita sobre o fim da escola pública tal como a conhecemos constitui a mais insidiosa campanha para o retorno ao analfabetismo, à miséria cultural é à pobreza generalizada em que vivemos durante a longa noite fascista.

Mais, o silêncio generalizado da sociedade e dos principais agentes e atores em matérias educativas, sobre as alterações que progressivamente têm vindo a ser introduzidas pelo atual governo de coligação PSD/CDS-PP, nomeadamente, a alteração do estatuto da carreira docente, com consequências inimagináveis na qualidade da prática docente, a política de extinção de escola, a agregação de agrupamentos, o encerramento dos centros de formação de professores entre outros, a alteração avulsa dos currículos e a extinção de disciplinas que vai lançar milhares de docentes no desemprego, são medidas que não podem ficar impunes e que urge denunciar, de forma a repor-se a legalidade constitucional que a educação reclama. Assim, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida a 28 de fevereiro de 2012, compromete-se a:

1. Defender com intransigência os valores da Escola Pública, impedindo a progressiva privatização da gestão pedagógica das escolas, como já acontece com as atividades de enriquecimento curricular;
2. Tudo fazer para denunciar os mecanismos autoritários e de silenciamento que têm vindo a ser desenvolvido nas escolas, através de um modelo de avaliação centralizado no órgão unipessoal Diretor;
3. Pugnar pela valorização das estruturas locais de participação, nomeadamente do Conselho Municipal de Educação, em todas as matérias de política educativa local, bem como denunciar a subalternização dos Conselhos Gerais ao poder, quase discricionário, do Diretor;
4. Denunciar o estado em que se encontra a Escola de El-Rei D. Manuel I, cuja intervenção urgente, há mais de 20 anos, se reclama;

5. Impedir a extinção do Centro de Formação de Associação de Escolas Montijo-Alcochete, sediado na escola Secundária de Alcochete e que é o que resta das frágeis políticas de formação de pessoal docente e não docente;
6. Reivindicar o pagamento das despesas com transporte escolar devidas à Câmara Municipal de Alcochete, que desde 2008 e até à data ronda cerca de 700 mil euros;
7. Denunciar o escasso financiamento que as atividades da componente de apoio à família têm tido, quando esta resulta de acordo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério da Educação;
8. Reivindicar a dotação de pessoal não docente para as escolas do 1.º ciclo, cujo rácio não cumpre o estabelecido na respetiva portaria e constitui condição para aumento de indisciplina nas escolas;
9. Reivindicar a isenção do IVA sobre os produtos alimentares, utilizados nos refeitórios escolares, considerando o facto de não haver atualização da comparticipação do Ministério da Educação nas refeições dos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do Ensino Básico.

Dar conhecimento desta moção:

- Comunicação Social
- Grupos Parlamentares
- Ministério de Educação
- Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT)
- Agrupamento Vertical de Escolas de Alcochete

A Bancada da CDU

Alcochete, 28 de Fevereiro de 2012